



PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREZINHO

Secretaria Municipal de Assistência Social

Núcleo de Vigilância Socioassistencial, Gestão do Trabalho e Educação Permanente

Rua Dr. Costa Júnior, 653 - Centro – Fone: 3911-3093 – CEP: 86400-000.

Site: www.jacarezinho.pr.gov.br E-mail: vig.social.jac@gmail.com



Panorama Socioeconômico e Educacional: Região do Aeroporto e Adjacências

JACAREZINHO - PR

2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREZINHO

Secretaria Municipal de Assistência Social

Núcleo de Vigilância Socioassistencial, Gestão do Trabalho e Educação Permanente

Rua Dr. Costa Júnior, 653 - Centro – Fone: 3911-3093 – CEP: 86400-000.

Site: www.jacarezinho.pr.gov.br E-mail: vig.social.jac@gmail.com



Marcelo José Bernardeli Palhares

Prefeito Municipal de Jacarezinho

Eliandra Gonçalves

Secretária Municipal de Assistência Social

Paulo Vítor Batista da Silva

Diretor do Núcleo de Vigilância Socioassistencial, Gestão do Trabalho e Educação Permanente - NVGE

Elaboração:

Wagner Sarachi Pinto

Diretor de Gestão de Benefícios Assistenciais e Transferência de Renda

Lorran Paz de Oliveira

Estágio no NVGE

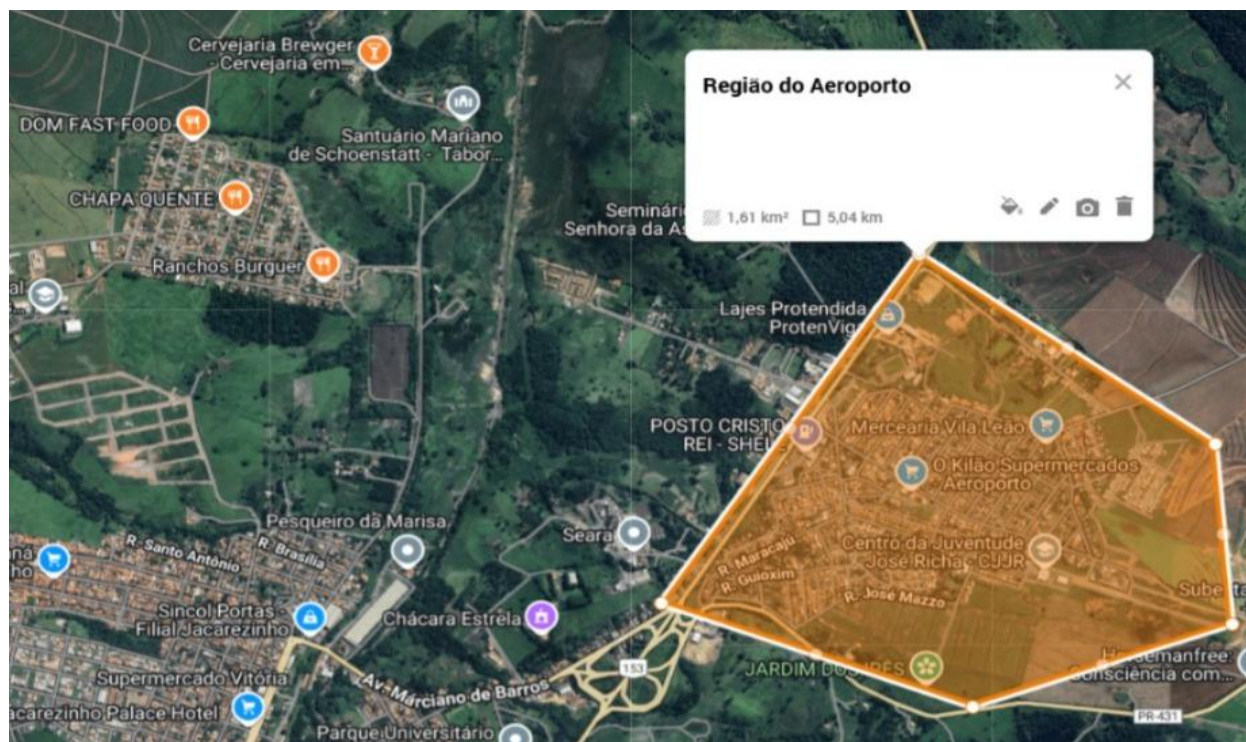
Paulo Vítor Batista da Silva



1. Introdução

Este relatório apresenta um panorama detalhado do perfil socioeconômico, das vulnerabilidades sociais e das características educacionais da população residente na região do Aeroporto e suas adjacências.

Não é possível apresentar uma delimitação exata de cada bairro da região do Aeroporto e adjacências devido à ausência de georreferenciamento integral no município. No entanto, os bairros que compõem as adjacências do Aeroporto são: Jardim Cristo Rei, Vila Leão, Nossa Senhora das Graças, Residencial Paraíso/Jardim Paraíso, Parque Aeroporto, Aeroporto, Novo Aeroporto e Jardim Marília e estão todos na área destacada em **laranja** na imagem abaixo:



As informações aqui contidas baseiam-se na análise de dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), abrangendo um universo de 3.853 indivíduos e 1.406 famílias.



Adicionalmente, foram incorporadas informações específicas sobre escolaridade provenientes de uma análise detalhada de um subconjunto dessa população (2.890 indivíduos) e de dados específicos de uma amostra de 73 indivíduos.

O objetivo deste levantamento é subsidiar o planejamento de ações, a adequação de projetos pedagógicos e o desenvolvimento de estratégias de apoio e inclusão dos estudantes e suas famílias por parte das unidades escolares e outros serviços locais.

2. Perfil Geral da População e das Famílias

A população analisada na região totaliza 3.853 pessoas, distribuídas em 1.406 famílias únicas.

A idade média dos indivíduos é de 29 a 66 anos. A distribuição etária revela uma população relativamente jovem: 13,65% têm entre 0 e 6 anos (primeira infância), 13,60% entre 7 e 12 anos (infância), 9,94% entre 13 e 17 anos (adolescência), 11,78% são jovens de 18 a 24 anos, 20,27% são adultos jovens (25-39 anos), 20,14% são adultos (40-59 anos) e 10,61% são idosos (60 anos ou mais).

Quanto ao gênero, há uma leve predominância feminina, com 52,27% de mulheres e 47,73% de homens. A autodeclaração de raça/cor indica maioria Branca (54,80%), seguida por Parda (39,32%), Preta (5,61%), Amarela (0,18%) e Indígena (0,08%). No que tange à alfabetização da população com 10 anos ou mais, 93,20% declararam saber ler e escrever, enquanto 6,80% não possuem essa habilidade.

As famílias na região têm, em média, 2,74 pessoas. A renda média familiar declarada é de R\$516,54 indicando uma concentração de famílias em situação de pobreza.

Em relação às condições de moradia, a totalidade dos domicílios declarados localiza-se em área urbana. Predominam os domicílios particulares permanentes (99,43%), com apenas 0,50% classificados como improvisados.

O acesso a serviços básicos é relativamente alto, mas não universal: 98,51% das famílias possuem água canalizada em pelo menos um cômodo, enquanto 0,78%



não têm acesso. A existência de banheiro exclusivo é reportada por 98,93% das famílias, com 0,92% não possuindo banheiro. O acesso à iluminação elétrica via rede pública com medidor próprio atinge 98,58% dos domicílios, restando 1,42% com outras formas de acesso ou sem eletricidade.

3. Análise Socioeconômica por Faixa de Renda

A análise da população dividida por faixas de renda familiar per capita revela disparidades significativas.

Considerando as faixas originais de R\$ 0-R\$ 219 (extrema pobreza/pobreza), R\$ 219-R\$ 756 (baixa renda) e R\$ 757+ (acima da baixa renda), observa-se que 46,37% das famílias se enquadram na primeira faixa, 36,63% na segunda e 17,00% na terceira.

A faixa de renda mais baixa (R\$0 - R\$219) concentra uma proporção ligeiramente maior de crianças (0-12 anos) e uma maior representatividade de pessoas autodeclaradas Pardas (43,0%) em comparação com a faixa mais alta (33,2%). Inversamente, a proporção de Brancos é maior na faixa de renda mais alta (61,5%) do que na mais baixa (50,9%).

A taxa de alfabetização (10+ anos), embora elevada em geral, é discretamente menor na faixa de R\$0 - R\$219 (91,55%) comparada à faixa de R\$757+ (95,26%). As famílias na faixa de renda mais baixa também tendem a ser maiores, com uma média de 2,97 pessoas, contra 2,66 na faixa intermediária e 2,50 na faixa superior. O acesso a serviços básicos como água canalizada e banheiro exclusivo, apesar de alto, apresenta uma pequena desvantagem para a faixa de renda mais baixa; por exemplo, 97,76% das famílias na faixa R\$ 0-R\$ 219 têm água canalizada em casa, percentual que sobe para 99,43% na faixa R\$ 757+.

Focando nas condições de moradia das famílias na faixa de renda mais vulnerável (R\$ 0-R\$ 219), verifica-se que, embora 70,32% possuam piso de material considerado adequado (cerâmica, lajota, pedra, cimento liso), 24,00% ainda vivem com piso de cimento grosso/vermelhão e 2,92% diretamente sobre terra/areia. Quanto às



paredes, 78,16% são de alvenaria/tijolo com revestimento, mas 13,85% não possuem revestimento e 4,31% são de madeira aparelhada.

O acesso à rede geral ou pluvial de esgotamento sanitário atinge 90,31% dessas famílias, porém 5,38% utilizam fossa séptica e 2,77% fossa rudimentar. Um indicador preocupante é a média de pessoas por dormitório nesta faixa de renda, que alcança aproximadamente 2,06 pessoas, sugerindo potencial superlotação e condições inadequadas para descanso e estudo.

4. Vulnerabilidades Sociais e Perfis Familiares

Além da pobreza, outras vulnerabilidades marcam a população da região. A taxa de analfabetismo geral (10+ anos) é de 6,80%. A frequência escolar entre crianças e adolescentes de 6 a 17 anos é alta (95,73%), mas 3,91% não frequentam a escola (seja por abandono ou nunca ter frequentado).

Uma proporção de 7,24% da população declarou possuir alguma deficiência, demandando atenção dos serviços públicos, incluindo a educação inclusiva. A incidência declarada de trabalho infantil (0-15 anos) é baixa (0,28%), mas requer monitoramento contínuo dado o contexto socioeconômico. Entre a população com 16 anos ou mais, 56,33% afirmaram ter trabalhado nos últimos 12 meses.

As principais ocupações reportadas (utilizando códigos do CadÚnico) para aqueles que trabalharam incluem Trabalhador Agropecuário em Geral (15,94%), Empregado com Carteira Assinada (10,19%), Trabalhador por Conta Própria (8,82%), Outras Ocupações não especificadas (8,17%) e Trabalhador dos Serviços Domésticos em Geral (6,24%).

O perfil familiar também revela aspectos importantes. A razão de dependência média por família é de aproximadamente 0,64, indicando que, em média, para cada 10 pessoas em idade ativa (15-64 anos), existem cerca de 6 a 7 dependentes (0-14 anos ou 65+ anos).

Um dado relevante é que 52,99% das famílias são chefiadas por mulheres. Essas famílias apresentam uma renda média familiar (R\$470,57) inferior àquelas



chefiadas por homens (R\$568,39), reforçando a vulnerabilidade econômica associada à chefia feminina.

5. Panorama Educacional Detalhado

A análise aprofundada da situação educacional, combinando dados gerais e de subconjuntos específicos, revela desafios cruciais. A participação no Programa Bolsa Família (PBF), um indicador indireto de vulnerabilidade, é alta: na análise do subconjunto de 2.890 pessoas, 70,62% participavam do programa.

Essa participação é massiva na faixa de renda mais baixa (R\$ 0-R\$ 219), onde 97,42% são beneficiários, caindo para 50,13% na faixa intermediária (R\$ 219-R\$ 756) e apenas 6,85% na faixa superior (R\$ 757+).

Quanto à frequência escolar por faixa etária, observam-se gargalos importantes.

Para crianças de 0 a 3 anos, apenas 25,09% frequentam creches registradas no CadÚnico, com 71,61% constando como "não se aplica/não informado", sugerindo uma grande parcela fora do sistema formal ou com dados ausentes.

Na faixa de 4 a 5 anos (idade de pré-escola), 75,3% frequentam alguma modalidade (64,71% em "Escola" - provavelmente pré-escola - e 10,59% em "Creche"), mas 6,27% foram registrados como nunca tendo frequentado e 17,25% como "não se aplica/não informado", indicando que cerca de um quarto das crianças nessa idade pode estar fora da educação infantil formal.

No ensino fundamental obrigatório (6-14 anos), a frequência é elevada (95,56%), mas ainda assim, 4,03% não frequentam ou têm informação não aplicável, necessitando de busca ativa.

A situação mais crítica se apresenta na faixa etária de 15 a 17 anos, idade adequada para o ensino médio: apenas 78,26% frequentam a escola regular. Um percentual preocupante de 14,20% consta como "não frequenta, mas já frequentou", apontando para evasão escolar, enquanto 2,32% nunca frequentaram.

Somados aos casos de "não se aplica/não informado" (2,03%) e frequência em EJA (1,74%), chega-se a 18,55% de jovens nessa faixa etária fora da escola regular ou



em situação de vulnerabilidade educacional. O analfabetismo entre adultos (15 anos ou mais) atinge 8,0% da população nessa faixa etária.

Essa taxa é fortemente correlacionada com a renda: na faixa de R\$ 0-R\$ 219, 12,10% dos adultos são analfabetos, percentual que cai para 6,24% na faixa de R\$ 219-R\$ 756 e para 2,63% na faixa de R\$ 757+. Isso evidencia que a baixa escolaridade é um fator que acompanha a pobreza, impactando a capacidade dos pais e responsáveis de apoiarem a trajetória escolar dos filhos.

A análise do nível de instrução mais elevado frequentado (baseada no subconjunto de 2.890 pessoas) mostra que o Ensino Fundamental é o nível mais comum (39,65%), seguido pelo Ensino Médio (18,34%). Cursos técnicos (2,66% integrado/concomitante e 1,45% subsequente) e ensino superior (1,31%) têm baixa representatividade.

A taxa de conclusão do curso principal frequentado também é um ponto de atenção: 43,29% concluíram, mas 37,47% não, além de 19,24% onde a informação não se aplica (geralmente os mais jovens ainda em curso ou que nunca frequentaram). Na faixa de renda mais baixa, a proporção de não concluintes (39,5%) supera a de concluintes (33,13%), invertendo a tendência geral.

6. Conclusões e Implicações para a Ação Local

Os dados apresentados traçam um perfil complexo da região do Aeroporto e adjacências, marcado por significativa vulnerabilidade socioeconômica e desafios educacionais interligados.

Quase metade das famílias vive em situação de pobreza ou extrema pobreza, com condições de moradia que, em alguns casos, são precárias e podem afetar o desenvolvimento e aprendizado das crianças.

A alta proporção de famílias chefiadas por mulheres com renda inferior, a considerável razão de dependência e a prevalência de analfabetismo adulto,



PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREZINHO

Secretaria Municipal de Assistência Social

Núcleo de Vigilância Socioassistencial, Gestão do Trabalho e Educação Permanente

Rua Dr. Costa Júnior, 653 - Centro – Fone: 3911-3093 – CEP: 86400-000.

Site: www.jacarezinho.pr.gov.br E-mail: vig.social.jac@gmail.com



especialmente entre os mais pobres, compõem um quadro que exige políticas públicas integradas.

No campo educacional, os principais desafios incluem a baixa cobertura de creches, a necessidade de garantir o acesso e permanência na pré-escola, a atenção aos poucos casos de não frequência no ensino fundamental e, principalmente, o combate à evasão escolar no ensino médio.

A forte correlação entre baixa renda e baixa escolaridade/analfabetismo reforça a necessidade de ações que abordem tanto as carências materiais quanto as educacionais das famílias, visando quebrar ciclos de pobreza e promover a inclusão social através da educação.